



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS
PROTOCOLO Nº. 22.497.316-0**

**NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR
MARÇO DE 2025**



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Sustentabilidade

O Município de Nova Esperança do Sudoeste, PR, foi fundado em 19 de março de 1992, e teve sua instalação em 1º (primeiro) de janeiro de 1993, situado no Sudoeste do Paraná, distante mais de 500 (quinhentos) quilômetros da Capital do Estado, faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, pertencente ao bioma atlântico, floresta ombrófila mista, conhecida por mata dos pinhais, onde o pinheiro araucária era o principal vegetal encontrado. Destaca-se por uma topografia acidentada na maior parte das áreas agrícolas, solos argilosos com alta fertilidade natural. A economia é essencialmente agrícola, cujas atividades principais são: grãos (milho, feijão e soja, no verão e trigo e veia no inverno), pastagens, milho silagem, avicultura, bovinocultura de leite e carne. Conforme informativo da SEAB (2023) o valor bruto de produção – VBP é de R\$ 359.302.164,95, sendo que 3% deste valor é da produção de grãos e 31,55% leite. A escolha em relação ao pavimento a ser executado se dá pelo fato que o pavimento em CBUQ possui maior durabilidade bem como de mais rápida execução, proporcionando mais valorização aos imóveis locais e também garantindo o embelezamento da cidade, contribuindo com a saúde dos moradores devido à redução de poeira. A parceria entre o Município e o órgão concedente tem caráter prioritário de melhorar as condições de vida dos moradores das respectivas ruas que serão beneficiadas. A presente obra irá também diminuir os gastos públicos com a manutenção da via, haja vista que a durabilidade do pavimento a ser implantado é maior que a existente no local.

O Município de Nova Esperança do Sudoeste, PR, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.589.289/0001-32, dispõe de pessoal com capacidade administrativa e técnica para execução do objeto proposto para formalização de Convênio, no respeitante à execução de pavimentação de vias urbanas em CBUQ. O Município dispõe de um responsável pelo Departamento Municipal de Administração, responsável pelo departamento de Obras e Serviços Urbanos, operadores de máquinas, e engenheira civil, e técnicos administrativos para a execução do objeto.

A engenheira civil é responsável pelo acompanhamento e fiscalização direto da obra e os servidores designados para o andamento do convênio e prestação de contas. Esclarecemos ainda, que este Proponente assume a responsabilidade pela execução do objeto proposto em todas as fases exigidas legalmente, licitação, acompanhamento da execução e prestação de contas. O Município é responsável pela aplicação dos recursos financeiros disponibilizados, iniciando com a contratação da empresa executora da obra, o processo deverá ocorrer em no máximo sessenta dias após a liberação. Durante este período serão executados os serviços preliminares. A ordem de serviço será emitida através da assinatura do contrato no qual constará quantos dias a empresa terá para iniciar os serviços, estando a empresa apta para tal ação. A fiscalização se dará durante toda a execução do objeto, e as medições serão realizadas de acordo com o previsto no cronograma de execução e na descrição das etapas. Esperasse com a execução da obra uma melhoria na qualidade de vida das pessoas beneficiadas, tanto econômica como social. E uma economia significativa aos cofres públicos.

A execução de obras desta proporção ressalta ainda mais a importância de investimentos de recursos públicos em parceria Município e Governo Estadual através da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, espera-se que a obra seja executada de maneira satisfatória, para valorizar cada centavo investido na mesma, garantido que este investimento traga a todos os beneficiários diretos e indiretos melhoria na renda, mais qualidade de vida e segurança aos



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



usuários destas vias. A implantação do pavimento proporcionará uma maior durabilidade, e também segurança na trafegabilidade, bem como proporcionará uma economia significativa aos cofres públicos quanto a manutenção do pavimento.

1.2.Subcontratação

A Contratada não poderá subcontratar o presente Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante. É vedada a subcontratação total do objeto licitado.

1.3.Garantia da Contratação

A garantia de execução será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021. A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021.

No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. Quando a garantia se processar sob a forma de seguro-garantia ou fiança bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

Nos casos previstos de extinção do contrato por culpa da contratada, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo usadas pela contratante a título de indenização.

1.4.Vistoria

As vistorias serão realizadas de acordo com o andamento dos serviços a serem executados.

2. EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1.Descrever a dinâmica do contrato, devendo ser observado, sempre que pertinente

O contrato de empreitada global deverá ser assinado entre ambas as partes respeitando todas as cláusulas, prazos e normas técnicas para a execução satisfatória do objeto. Com clareza e transparência para garantir o sucesso da obra, e alcançar todos os objetivos e satisfação das partes envolvidas no respectivo convênio, proporcionando a população a ser beneficiada melhor qualidade de vida com segurança de trafegabilidade e escoamento da



produção oriunda das atividades agrícolas.

2.2. Definir o método para quantificar os volumes de serviços a demandar ao longo do contrato, se for o caso devidamente justificado

A quantificação dos serviços serão feitos através de medições respeitando as porcentagens previstas no cronograma físico financeiro, as medições serão aceitas somente quando a execução da etapa for correspondente a cem por cento.

2.3. Definir os mecanismos para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, se for o caso:

A empresa Contratada deverá entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial. O início da execução do objeto, deverá ocorrer após a emissão da ordem de serviço e assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

Somente será admitida a alteração do prazo de execução diante:

- a) da alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) do aumento, por ato do CONTRATANTE, das quantidades inicialmente previstas, obedecidos os limites fixados na lei;
- c) do atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) da interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- e) de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) da superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- g) de outros casos previstos em lei.

Salvo exceções legais, as paralisações da execução do contrato somente podem ser determinadas pelo CONTRATANTE no seu interesse, e os documentos que as formalizam servirão como fundamento para a readequação/alteração dos prazos pactuados. Havendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, submetendo-se toda documentação ao Ministério. Verificada a ocorrência do disposto no item anterior por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do contrato, assim como de acréscimos ou supressões do objeto deverá ser realizada no prazo de vigência do contrato. As solicitações de aditivos devem vir acompanhadas de parecer técnico emitido pela fiscalização e analisadas pelo gestor do contrato, parecer jurídico, cronograma e anuência do



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CONTRATANTE. Após análise do gestor do contrato, os acréscimos e supressões, a serem formalizados em termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação do que será acrescido ou suprimido, sujeita à aprovação do CONTRATANTE. Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE avalie e tome as providências cabíveis. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como justificativa.

3. GESTÃO DO CONTRATO

3.1. Recebimento dos serviços estipulados no contrato

Caberá a gestão do contrato ao Prefeito Municipal Jaime da Silva Stang, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

Caberá a fiscalização da obra a engenheira Civil deste Município do contrato, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Não são admissíveis, como regra, aditivos contratuais por erro ou omissões no orçamento nos contratos de empreitada por preço global, salvo nos casos de fatos imprevisíveis, em que não seja possível o licitante constatar as eventuais discrepâncias de quantidades com base nos elementos presentes no projeto básico, bem como nos demais casos previstos em lei passíveis de revisão contratual. Nos casos em que forem encontrados erros de pequena relevância, relativos a pequenas variações de quantitativos, será pago exatamente o preço global acordado. Nos casos em que forem encontrados erros ou omissões substanciais, subestimativas ou superestimativas relevantes, poderão ser ajustados termos aditivos excepcionalmente, conforme avaliação prévia do gestor do contrato.

4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



4.1. Critério de Medição

A medição da obra obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro, que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas da obra em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês. As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do Município. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro, observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido no Edital. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para a liquidação da despesa será de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente executados e aceitos, no período-base mencionado no item anterior sem que o Município esteja obrigado a pagar o valor total do Contrato.

As notas fiscais deverão estar em nome do Município, preenchidas de acordo com o especificado no contrato assinado, com todas as informações do respectivo convênio.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

Poderão participar empresas, brasileiras ou estrangeiras, devidamente constituídas, que possuam objeto social pertinente e compatível, e que atendam todas as exigências desde que devidamente credenciadas no sistema eletrônico do Compras.gov.br (www.compras.gov.br). O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Eletrônico de Licitações **Compras.gov.br** (www.compras.gov.br), que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA. Respeitando o que rege as normas de acordo com a Lei nº. 14.133/2021.

5.2. Regime de execução

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

5.3. Critérios de aceitabilidade de preços

O preço máximo admitido para execução da obra será o aprovado na planilha orçamentária. Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido para a licitação. O BDI, que incidirá sobre o valor global de referência, deverá ser apresentado à parte, com a proposta, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



5.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)

O critério de julgamento adotado será do tipo **MENOR PREÇO**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5.5. Forma de Seleção do Fornecedor

5.5.1. Para os convênios na modalidade de Custeio – Serviços de Engenharia

NÃO SE APLICA

5.5.2. Para convênios com característica de investimento - de obras de engenharia

A seleção se dará através de processo licitatório de acordo com a Lei 14.133/2021.

5.5.3. Critérios de seleção

A seleção se dará sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, por meio eletrônico, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** para a realização, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, da obra devidamente descrita, caracterizada e especificada nos documentos de engenharia que estarão disponíveis juntamente com o edital. A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal nº 76/2023, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições do edital e seus anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Segundo o TCU, pode ser definido o objeto que se quer contratar e estimado o seu valor total, é necessário verificar se há orçamento disponível para a contratação. A indisponibilidade orçamentária frente aos valores estimados pode levar o órgão a concluir pela inviabilidade da contratação.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um instrumento legal que estima as



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



receitas(recursos arrecadados) e fixa as despesas do ente federativo para o ano seguinte. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nos Estados, Distrito Federal e Municípios é encaminhado anualmente pelo Poder Executivo local ao Poder Legislativo local. Após a tramitação no Poder Legislativo, o projeto de lei, se aprovado, é encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para sanção ou veto e se sancionado converte-se em lei.

Desta forma deve-se apresentar, as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 0800.08.02 – Divisão Obras e Serviços Urbanos;
- b) Fonte de Recursos: 000 – Recursos Livres;
- c) Programa de Trabalho: 16 – Infra estrutura Urbana e Rural;
- d) Elemento de Despesa: 449051.00 – Obras e instalações;
- e) Plano Interno: Lei Orçamentária Anual nº. 1183 do dia 03/12/2024;

7. REFERÊNCIA

As transferências de recursos da esfera Estadual, mediante a celebração de convênios, quando o objeto do instrumento envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, será apresentado o Projeto básico ou Termo de Referência, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto.

Assim o objeto proposto para o presente convênio são os itens de: execução de serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos de acordo com as especificações constantes na planilha de serviços.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da sessão de licitação, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico próprio do sistema, e também no Portal da Transparência do Município, disponível em www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos. Ficando a Contratada obrigada a conceder livre acesso dos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para o Município e os órgãos de controle interno e externo sempre que for solicitado. As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF. Os



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação deste Município.

Pelo presente documento e seus anexos, apresentamos a proposta para apreciação desta equipe da Secretaria de Estado das Cidades – SECID - PARANACIDADE, onde solicitamos a respectiva aprovação.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 13 de março de 2025.

JAIME DA SILVA STANG
PREFEITO MUNICIPAL